

Concurso Público do Município de Japurá - PR

Auditor Fiscal Municipal - Japurá

[↩ voltar](#)

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

Família feliz

Família é feliz quando sua casa vive cheia. Isso não me sai da cabeça. Sei o valor da paz, de um final de semana de silêncio e preguiça, mas, talvez por efeitos da criação, costumo medir o contentamento pela bagunça.

A residência na infância se mantinha concorrida, a tal ponto que até as visitas abriam a porta para quem tocava a campainha. Não dávamos conta de cumprir as formalidades de anfitriões. Não havia certeza e garantia de quantos pratos seriam necessários. O feijão recebia sempre mais um copo d'água para não se morrer de fome. Pessoas chegavam e partiam sem avisar.



Família feliz terá um estoque de colchonetes. Como as camas pertencem aos seus donos, o negócio é tomar o chão. Lembro que, de férias no litoral, era difícil levantar e não pisar nos parentes que dormiam na sala. Você pulava obstáculos, minas humanas. Cada um se acomodava como podia para aproveitar o veraneio.

Família feliz terá um arsenal de cadeiras de praia. Aquelas dobráveis, amarelas, penduradas em ganchos na parede ou encostadas na área de serviço. Pois é má-educação permitir que alguém fique de pé. Parece que somos proprietários de bar. Trata-se de uma prevenção para nunca faltar assento. A decoração se perde em uma roda de chimarrão em torno da televisão. Qualquer ambiente fechado se eleva à condição de varanda improvisada.

Família feliz terá pilha de cervejas na geladeira. Ainda que seja abstinência, não proíbe o prazer da saideira.

Família feliz terá a louça acumulada na pia no sábado e domingo. Não consegue parar para lavar. Usará sua última porcelana antes de pegar na esponja. Maníacos por limpeza enlouquecem.

A mesa jamais é desfeita. O almoço vira sobremesa, que vira café da tarde, que vira jantar, que vira sobremesa de novo. A toalha ganha nódoas de molho e contornos vermelhos dos cálices de vinho e das

xícaras: um sudário da gula. Impossível se conservar imaculada. Lotará o varal na segunda-feira.

Família feliz terá manta no sofá. Desistiu de tentar salvá-lo das manchas, dos rasgões, da descostura, e cobriu seus ombros. É o móvel mais frequentado, sobretudo se existe como recliná-lo. Um pit stop para a digestão e para as sestras involuntárias.

Família feliz terá baralho de cartas, dominó ou varetas, todos gastos pelo uso. O entardecer combina com pife, e buraco, e brigas, e implicâncias entre quem joga sério e quem rouba.

Família feliz terá uma caixinha de som. Começa com MPB dos velhos, os jovens assumem o controle pouco a pouco e a playlist desanda em funk e coreografias incompreensíveis.

Família feliz é a desordem doméstica e a busca desesperada por atender tanta gente de surpresa com ventiladores barulhentos e isopores.

Todos falam ao mesmo tempo e ninguém deixa de ser ouvido. Os apelidos sufocam os nomes próprios. Os objetos circulam anonimamente: um carregador de celular, um abajur, uma travessa. Aceitam-se as piadas e as lembranças remotas mais constrangedoras.

O lar oferece horas de saudável confusão, de vozerio, de brincadeiras. Apenas a faxina na manhã seguinte é terrivelmente solitária.



Autor: Fabrício Carpinejar

Questão 1

A concepção de felicidade familiar construída ao longo do texto contrapõe-se a determinados valores tradicionalmente relacionados à organização doméstica. Considerando a articulação entre o primeiro e o último parágrafos, assinale a alternativa que adequadamente expressa o ponto de vista do autor.

- A)** A felicidade familiar resulta da capacidade de preservar hábitos antigos, mesmo diante das mudanças culturais promovidas pelas gerações mais jovens.
- B)** A convivência familiar torna-se plena quando os integrantes renunciam à privacidade e permanecem reunidos durante longos períodos.
- C)** A satisfação familiar depende de uma estrutura material capaz de acomodar confortavelmente todas as pessoas que chegam sem aviso.
- D)** A lembrança da infância revela que o narrador idealiza experiências marcadas pela precariedade e pela ausência de planejamento doméstico.

E)

A desordem doméstica adquire valor afetivo porque registra a convivência, cuja importância se evidencia plenamente quando o silêncio retorna.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 2

A recorrência da estrutura "Família feliz terá", no início de diferentes parágrafos, desempenha papel relevante na organização da crônica. Esse recurso:

- A) estabelece uma sequência cronológica precisa, desde a chegada dos visitantes até a organização final da residência.
- B) retoma uma informação secundária e a transforma gradualmente no principal argumento desenvolvido pelo cronista.

C) cria paralelismo sintático e conduz uma enumeração cumulativa de objetos e hábitos associados à convivência familiar.

GABARITO PRELIMINAR

- D) interrompe a progressão temática para introduzir episódios independentes, sem relação direta com a tese inicial.
- E) reproduz uma fórmula proverbial destinada a conferir objetividade universal às recordações pessoais apresentadas no texto.

Questão 3

Considere o fragmento a seguir.

"A toalha ganha nódoas de molho e contornos vermelhos dos cálices de vinho e das xícaras: um sudário da gula."



A respeito da expressão "um sudário da gula", analise as assertivas a seguir.

- I. A toalha é figurativamente apresentada como um tecido que conserva as marcas deixadas pelas refeições.
- II. A expressão estabelece uma reprovação moral direta aos hábitos alimentares dos integrantes da família.
- III. A imagem atribui densidade poética a vestígios domésticos que materializam a experiência da convivência.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I, apenas.
- D) II, apenas.

E) I e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 4

No período "O almoço vira sobremesa, que vira café da tarde, que vira jantar, que vira sobremesa de novo", as ocorrências do vocábulo "que":

- A) são pronomes interrogativos, apresentam referência indefinida e exercem função de predicativo do sujeito.
- B) são conjunções integrantes, introduzem orações subordinadas substantivas e completam o sentido de "vira".
- C) são partículas expletivas, empregadas para reforçar a sucessão temporal das refeições familiares.

D) são pronomes relativos, retomam sucessivamente o termo anterior e exercem função de sujeito.

GABARITO PRELIMINAR

- E) são conjunções explicativas, acrescentam justificativas para a permanência das pessoas reunidas à mesa.

Questão 5

No período "**Ainda que seja abstinência, não proíbe o prazer da saideira**", a oração iniciada por "**ainda que**" estabelece com a oração principal uma relação de:

- A) condição, pois a manutenção das bebidas depende de os integrantes da família não realizarem seu consumo.
- B) conformidade, pois a atitude descrita corresponde aos costumes familiares apresentados nos parágrafos anteriores.
- C) causa, pois a abstinência explica a presença de bebidas destinadas exclusivamente aos visitantes da residência.
- D) proporção, pois o aumento da abstinência determina uma ampliação correspondente da hospitalidade oferecida aos visitantes.



E) concessão, pois uma circunstância potencialmente contrária não impede a atitude acolhedora atribuída à família.

GABARITO PRELIMINAR

Matemática

Questão 6

Uma escola possui 300 alunos matriculados. Para conhecer o perfil de participação em atividades extracurriculares, foi realizado um levantamento, no qual se verificou que:

- 140 alunos participam do Projeto de Ciências;
- 120 alunos participam do Clube de Matemática;
- 50 alunos participam apenas da Oficina de Robótica;
- 40 participam simultaneamente do Projeto de Ciências e do Clube de Matemática.

Sabe-se, ainda, que todos os alunos que participam de atividades extracurriculares estão inscritos em pelo menos uma dessas três atividades.

Quantos alunos da escola **NÃO** se inscreveram em nenhuma das três atividades extracurriculares?

- A) 50.

B)
30.

GABARITO PRELIMINAR

C) 20.

D) 40.

E) 60.

Questão 7

Uma gráfica produz apostilas para uma rede de escolas. Sabe-se que 40 impressoras idênticas, trabalhando no mesmo ritmo, utilizam 40 pacotes de papel em 40 dias.

Mantendo-se constante o consumo diário de papel por impressora, 20 impressoras utilizarão 20 desses pacotes de papel em quantos dias?

A) 20.

B) 80.

C)
40.

GABARITO PRELIMINAR

D) 30.

E) 10.

Questão 8



Uma empresa de turismo lançou uma promoção para três passeios muito procurados durante as férias: um passeio de barco, uma visita guiada a um parque ecológico e um tour histórico pela cidade.

A empresa informou que os preços individuais dos passeios permanecem os mesmos, independentemente de serem adquiridos separadamente ou em conjunto, e divulgou os seguintes valores para combinações de dois passeios:

- passeio de barco + visita ao parque: R\$ 380,00;

- visita ao parque + tour histórico: R\$ 320,00;

- passeio de barco + tour histórico: R\$ 420,00.

Um turista deseja adquirir os três passeios.

O valor total que ele pagará será de:

A) R\$520,00.

B) R\$600,00.

C) R\$1.120,00.

D)
R\$560,00.

GABARITO PRELIMINAR

E) R\$480,00.

Questão 9

Uma empresa fabrica recipientes cilíndricos utilizados para armazenar amostras de produtos químicos. De acordo com as especificações do fabricante, a área lateral de cada recipiente é o dobro da área de sua base circular.

Um determinado modelo possui altura igual a 3 cm.

O volume interno desse recipiente, em cm^3 , é de:

A) 9π .

B) 27π .

GABARITO PRELIMINAR

C) 18π .

D) 36π .

E) 24π .

Questão 10

Uma empresa de streaming lançou um plano mensal para acesso a conteúdos educacionais. Atualmente, a assinatura custa R\$ 30,00 e possui 500 assinantes.

Após uma análise de mercado, a empresa verificou que, em média, para cada aumento de R\$ 1,00 na mensalidade, ocorre uma redução de 10 assinantes.

Considerando que essa relação se mantenha válida, a mensalidade que proporciona a maior receita mensal para a empresa é de:



A) R\$40,00

GABARITO PRELIMINAR

B) R\$35,00

C) R\$50,00

D) R\$45,00

E) R\$38,00

Conhecimentos Gerais

Questão 11

Fernando, diretor-presidente de uma autarquia estadual de pesquisa agropecuária, recebeu um pedido formal de um cidadão, amparado na Lei de Acesso à Informação, solicitando a cópia integral dos contratos de terceirização de tecnologia do órgão. Com a intenção deliberada de proteger o proprietário da empresa contratada, seu antigo sócio na iniciativa privada, Fernando negou o acesso sob a justificativa genérica de "sigilo empresarial estratégico". Investigações posteriores comprovaram que a recusa teve o fim exclusivo, livre e consciente de ocultar um grave sobrepreço no contrato, barrando a fiscalização da sociedade sobre os gastos do Estado.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021), analise as assertivas a seguir.

I. A alegação de "sigilo empresarial estratégico" é absoluta em contratos de terceirização do Estado, motivo pelo qual o cidadão precisaria comprovar interesse particular específico para que o pedido fosse sequer analisado.

II. A responsabilização de Fernando com base na Lei de Improbidade Administrativa depende estritamente da demonstração do dolo específico, não sendo admitida a punição por condutas meramente culposas.

III. Negar publicidade aos atos oficiais de forma intencional, com o propósito de encobrir ilegalidades na gestão de recursos estaduais, caracteriza ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

IV. Se a falha na entrega dos documentos contratuais tivesse ocorrido exclusivamente por imperícia ou desorganização da equipe técnica, sem qualquer intenção ilícita, Fernando responderia da mesma forma por improbidade administrativa culposa.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) III e IV, apenas.

B) I e II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

E) I e IV, apenas.

Questão 12



Carlos, brasileiro naturalizado, e Jean, cidadão francês que reside legalmente no Brasil há três anos, decidiram fundar uma associação civil voltada para a proteção de animais abandonados. Após alguns meses de funcionamento, uma investigação comprovou que alguns membros utilizavam o espaço da entidade como fachada para atividades financeiras ilícitas. Diante dos fatos, um juiz de primeira instância proferiu uma decisão judicial determinando a suspensão imediata das atividades da associação. Paralelamente a esse evento, o governo da França solicitou ao Brasil a extradição de Jean por um crime comum patrimonial cometido naquele país, ocorrido dois anos antes de ele se mudar para o território brasileiro.

Considerando a situação hipotética descrita e as disposições da Constituição Federal sobre os Direitos e Garantias Fundamentais (Arts. 5º ao 17), julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Por ser cidadão estrangeiro, Jean não é amparado pela Constituição Federal no que tange aos direitos de propriedade e de associação, sendo estas prerrogativas exclusivas de brasileiros natos e naturalizados.

() A decisão judicial que determinou a suspensão das atividades da associação é válida, pois a exigência constitucional de trânsito em julgado aplica-se apenas aos casos de dissolução compulsória da entidade.

() Caso Carlos tivesse cometido o mesmo crime no exterior antes de sua naturalização, ele seria considerado imune à extradição, pois brasileiros naturalizados não podem ser extraditados sob nenhuma hipótese.

() A criação da referida associação por Carlos e Jean independia de qualquer autorização prévia por parte do Poder Público, sendo vedada a interferência estatal no seu regular funcionamento.

- A) F, V, V, F.
- B) V, F, V, F.
- C) V, V, F, F.

D)
F, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

- E) F, F, V, V.

Questão 13

Marcela, coordenadora pedagógica de uma escola particular, nota que Pedro, um aluno de oito anos de idade, chega frequentemente ao colégio com hematomas visíveis e apresenta um comportamento cada vez mais retraído. Ao ser questionado com cautela pela equipe de psicologia da escola, o menino relata sofrer severos castigos físicos em casa. Apesar da gravidade, Marcela hesita em reportar o caso. Ela teme represálias dos pais de Pedro, que são advogados influentes na cidade, e acredita que a escola precisa investigar por conta própria e reunir provas documentais e fotográficas definitivas antes de tomar qualquer atitude externa, visando evitar um possível processo cível por difamação.

Considerando a situação hipotética e as Disposições Preliminares e de Direitos Fundamentais da Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Marcela e a direção da escola possuem o dever legal inescusável de comunicar imediatamente o caso ao Conselho Tutelar da localidade, bastando apenas a suspeita e o relato inicial do menino, sem a necessidade de reunir provas definitivas.



PORQUE

II. O ECA consagra a doutrina da proteção integral e da prioridade absoluta, estabelecendo que a interrupção de violências e a proteção à dignidade da criança prevalecem sobre interesses ou temores de terceiros, punindo-se qualquer atentado por ação ou omissão.

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a asserção II é totalmente falsa.
- B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

C)
As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.

GABARITO PRELIMINAR

- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a asserção II é totalmente verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas, não havendo relação causal entre elas.

Questão 14

Durante o expediente em um cartório extrajudicial privado, o tabelião responsável percebeu um princípio de tumulto na área de espera. O cartório havia instalado recentemente uma nova placa para o guichê de atendimento preferencial, indicando que apenas "Idosos com 60 anos ou mais e Pessoas com Deficiência" teriam direito à prioridade. Um grupo de cidadãos que aguardava na fila convencional sentiu-se prejudicado e exigiu a adequação imediata da sinalização, alegando que a legislação federal garante esse mesmo direito a outros grupos específicos. Para resolver o conflito de

forma definitiva e cumprir estritamente as diretrizes da Lei n.º 10.048/2000 (Lei de Prioridade de Atendimento), o gestor do cartório precisou readequar a placa.

Com base na referida lei, qual providência resolve a situação e garante o direito de todos os beneficiários omitidos?

- A) O tabelião precisará incluir na sinalização os aposentados, as lactantes, os obesos e as pessoas com crianças de colo.
- B) O tabelião precisará incluir na sinalização as gestantes, as lactantes, os obesos e as pessoas com crianças na creche.
- C) O tabelião precisará incluir na sinalização as gestantes, os desempregados, os obesos e as pessoas com crianças de colo.
- D) O tabelião precisará incluir na sinalização as gestantes, as lactantes, os menores e as pessoas com crianças de colo.

- E)** O tabelião precisará incluir na sinalização as gestantes, as lactantes, os obesos e as pessoas com crianças de colo.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 15

A estrutura organizacional do Estado brasileiro, fixada pela Constituição Federal de 1988, consolidou o modelo de pacto federativo baseado na descentralização do poder. Essa arquitetura constitucional reparte competências entre os entes da Federação e impõe diretrizes rigorosas para o funcionamento da Administração Pública Direta e Indireta. O objetivo central desse regramento é garantir não apenas a autonomia equilibrada entre os entes federativos, mas também assegurar que o ingresso, a atuação e a manutenção dos agentes públicos obedeçam a critérios objetivos de eficiência, impessoalidade e moralidade institucional.



Considerando o contexto apresentado sobre a Organização do Estado e a Administração Pública (Arts. 18, 19, 29, 30 e 37 ao 41 da Constituição Federal), julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

- ☐ O servidor público aprovado em concurso público que já tenha adquirido a estabilidade só pode perder o seu cargo por meio de sentença judicial transitada em julgado, não havendo previsão legal para perda de cargo por insuficiência de desempenho.
- ☐ A Constituição delega aos Estados-membros a competência para organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão e permissão, os serviços públicos de estrito interesse local, incluindo o transporte coletivo urbano.
- ☐ A organização político-administrativa do Brasil abrange a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos entes autônomos, sendo terminantemente vedado a eles estabelecer cultos religiosos, subvencioná-los ou criar distinções e preferências entre brasileiros.
- ☐ Na administração pública, as funções de confiança são exclusivas para servidores que já ocupam cargo efetivo, e, assim como os cargos em comissão, devem ser destinadas unicamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- A) F, V, F, V.
- B) V, F, F, V.
- C) V, F, V, F.

D) V, V, F, F.

E)

F, F, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

Conhecimentos Específicos

Questão 16

Conforme previsão expressa da Lei Orgânica do Município de Japurá - PR, a aquisição de bens imóveis pelo Município, mediante compra ou permuta:

A)

dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

GABARITO PRELIMINAR

- B) dependerá exclusivamente de autorização do Prefeito Municipal, sendo dispensada avaliação prévia quando o imóvel for destinado à instalação de serviço público.
- C) dependerá apenas de autorização legislativa, sendo a avaliação prévia exigida somente nas aquisições realizadas por compra.
- D) dependerá de prévia avaliação, sendo dispensada autorização legislativa quando houver disponibilidade orçamentária.
- E) dependerá de autorização legislativa, sendo facultativa a realização de avaliação prévia caso o valor do imóvel seja compatível com o mercado.

Questão 17

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Japurá - PR, assinale a alternativa CORRETA acerca do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal.



- A) O financiamento do Sistema Único de Saúde do Município ocorrerá apenas com recursos dos orçamentos municipal, estadual e federal, sendo vedada a utilização de recursos da Seguridade Social.
- B) O financiamento do Sistema Único de Saúde do Município dependerá exclusivamente de transferências voluntárias da União e do Estado.
- C) O Sistema Único de Saúde do Município será financiado exclusivamente com recursos do orçamento municipal.

D)

O Sistema Único de Saúde do Município será financiado com recursos dos orçamentos municipal, estadual, federal e da Seguridade Social, além de outras fontes.

GABARITO PRELIMINAR

- E) Os recursos da Seguridade Social poderão ser utilizados apenas em situações de calamidade pública ou emergência em saúde.

Questão 18

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Japurá - PR, acerca da responsabilidade dos Secretários Municipais ou Diretores, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os Secretários ou Diretores respondem solidariamente com o Prefeito apenas pelos atos que assinarem, excluindo-se aqueles que ordenarem ou praticarem.
- B) A responsabilidade solidária entre o Prefeito e os Secretários ou Diretores restringe-se aos atos de natureza financeira e orçamentária.

- C) Os Secretários ou Diretores somente serão responsabilizados quando agirem com dolo, sendo o Prefeito o único responsável pelos atos administrativos.
- D) Os Secretários ou Diretores respondem individualmente pelos atos que praticarem, não havendo responsabilidade do Prefeito, ainda que este tenha participado do ato.

E)
Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

GABARITO PRELIMINAR

Conhecimentos Específicos

Questão 19

Durante auditoria fiscal em contribuinte de grande porte, o Auditor Fiscal Municipal tem acesso a declarações, documentos fiscais, contratos, movimentações econômicas e informações sobre a situação financeira da empresa. Posteriormente, servidor de outro setor administrativo do próprio Município solicita, de maneira informal, o envio integral desses dados, sem indicação de processo regularmente instaurado ou finalidade legal específica.

À luz do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O sigilo fiscal protege apenas pessoas físicas, não alcançando pessoas jurídicas.
- B) O sigilo fiscal impede todo compartilhamento de dados entre órgãos públicos.
- C) O pedido verbal de servidor público é suficiente para afastar o dever de sigilo.
- D) As informações podem ser livremente divulgadas, por terem sido obtidas por órgão público.

E)
As informações estão protegidas por sigilo fiscal, salvo nas hipóteses legais.



GABARITO PRELIMINAR

Questão 20

Durante auditoria fiscal em empresa prestadora de serviços, o Auditor Fiscal Municipal verifica que os documentos apresentados pelo sujeito passivo contêm inconsistências relevantes, divergências entre contratos e notas fiscais, além de omissão de informações essenciais para apuração da base de cálculo do tributo. Após regular procedimento, conclui-se que as declarações e documentos não merecem fé para fins de apuração do valor tributável.

Nos termos do Código Tributário Nacional, nessa situação, a autoridade lançadora poderá:

- A) dispensar o lançamento, pois a inconsistência documental impede a constituição do crédito.
- B) transferir a competência tributária para outro ente federativo.

C)
arbitrar o valor ou preço, mediante processo regular, ressalvada avaliação contraditória.

GABARITO PRELIMINAR

- D) extinguir o crédito tributário pela ausência de documentos confiáveis.
- E) aplicar automaticamente imunidade tributária ao sujeito passivo fiscalizado.

Questão 21

Em relatório de acompanhamento da cobrança de créditos municipais, o Auditor Fiscal verifica que determinado crédito tributário foi definitivamente constituído após o encerramento do processo administrativo. Desde então, não houve pagamento pelo sujeito passivo nem causa interruptiva do prazo prescricional.

Nessa situação, de acordo com o Código Tributário Nacional, a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em:

- A) três anos, contados da lavratura do auto de infração.
- B) dez anos, contados da inscrição cadastral do contribuinte.
- C) cinco anos, contados da constituição definitiva do crédito.

GABARITO PRELIMINAR

- D) dois anos, contados da ocorrência do fato gerador.
- E) prazo indeterminado, enquanto não houver pagamento.

Questão 22

Uma sociedade empresária, em operação ordinária de aquisição, fora das hipóteses legais de alienação judicial em processo de falência ou recuperação judicial, adquiriu estabelecimento comercial de outra empresa e continuou explorando a mesma atividade no mesmo local. O alienante cessou a exploração econômica após a transferência. Em auditoria, foram identificados tributos relativos ao estabelecimento, referentes a fatos geradores anteriores à aquisição.

Nos termos do Código Tributário Nacional, a responsabilidade do adquirente, nessa hipótese, será:



- A) afastada sempre que houver alteração do nome empresarial.
- B) limitada ao valor dos bens móveis transferidos no negócio.
- C) subsidiária apenas se o adquirente não mantiver a atividade.
- D) inexistente, pois os fatos geradores ocorreram antes da aquisição.

- E) integral, se o alienante cessou a exploração da atividade.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 23

Após a lavratura de auto de infração, o contribuinte apresenta impugnação tempestiva, nos termos da legislação municipal que disciplina o processo administrativo tributário. O setor de cobrança pretende prosseguir imediatamente com atos de exigência do crédito, sem aguardar a decisão administrativa.

À luz do Código Tributário Nacional, a impugnação ou o recurso administrativo, quando apresentados nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo:

- A) extinguem automaticamente o crédito tributário discutido.
- B) impedem definitivamente novo lançamento sobre o mesmo fato.

- C) suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

GABARITO PRELIMINAR

- D) excluem o crédito tributário por isenção administrativa.
- E) convertem o auto de infração em certidão de dívida ativa.

Questão 24

Após regular constituição do crédito tributário e ausência de pagamento no prazo legal, o débito foi inscrito em dívida ativa. Em manifestação posterior, o sujeito passivo alegou que a inscrição não produziria qualquer presunção e que a Fazenda deveria provar novamente todos os elementos do crédito desde o início. Nos termos do Código Tributário Nacional, a dívida ativa regularmente inscrita:

- A) goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
- B) transforma o crédito tributário em crédito não tributário.
- C) extingue o crédito tributário e impede a cobrança judicial.
- D) substitui o lançamento tributário por decisão judicial.

- E) goza de presunção de certeza e liquidez, ilidível por prova inequívoca.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 25

O Poder Executivo Municipal pretende encaminhar projeto de lei concedendo benefício fiscal de natureza tributária que reduzirá a arrecadação prevista para os próximos exercícios. O Auditor I é instado a se manifestar tecnicamente sobre os requisitos fiscais da medida. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que implique renúncia de receita deve, entre outros requisitos,



- A) prescindir de estimativa de impacto, quando aprovada por lei municipal.
- B) produzir efeitos imediatos, independentemente de compensação fiscal.

- C) ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

GABARITO PRELIMINAR

- D) ser instituída por decreto, quando envolver tributos municipais.
- E) dispensar compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias.

Questão 26

Durante acompanhamento de contratação de solução tecnológica para a Administração Tributária, constatou-se que o procedimento licitatório foi regularmente instaurado e não apresenta vício de legalidade. Contudo, fato superveniente devidamente comprovado demonstrou que a contratação se tornou inoportuna para o interesse público.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, nessa hipótese, a Administração poderá:

- A) declarar inexigibilidade de licitação, ainda que exista competição possível.

- B) homologar obrigatoriamente o certame, pois a revogação é vedada após sua instauração.
- C) anular o procedimento por ilegalidade presumida.
- D) converter a licitação em contratação direta, sem nova motivação.

E)
revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente comprovado.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 27

No acompanhamento das metas anuais de fiscalização tributária, o órgão de controle interno do Município avalia a legalidade dos atos praticados, a execução dos programas de fiscalização e os resultados alcançados pela Administração Tributária, emitindo recomendações de aprimoramento.

Essa atuação corresponde ao controle:

- A) legislativo típico, sem relação com a atividade administrativa.
- B) jurisdicional, exercido privativamente pelo Poder Judiciário.
- C) externo, exercido exclusivamente pela Câmara Municipal.

D)
interno, realizado no âmbito da própria Administração.

GABARITO PRELIMINAR

E) social, exercido apenas por entidades privadas.



Questão 28

Em auditoria fiscal, verifica-se que uma sociedade empresária transferiu a outra pessoa jurídica o ponto comercial, equipamentos, carteira de clientes, sistemas operacionais, contratos e demais elementos utilizados de forma organizada na exploração da atividade econômica.

Nos termos do Código Civil, esse conjunto organizado de bens destinado ao exercício da empresa corresponde ao:

- A) contrato social.
- B) capital social.
- C) domicílio tributário.
- D) nome empresarial.

E)
estabelecimento empresarial.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 29

Durante análise cadastral de contribuinte municipal, o Auditor Fiscal verifica que determinado grupo de pessoas atua de forma organizada na exploração de atividade econômica, com contrato social elaborado, porém ainda sem inscrição do ato constitutivo no registro próprio.

Considerando as disposições do Código Civil sobre as sociedades, assinale a alternativa CORRETA.

A) A ausência de registro impede qualquer relação obrigacional entre os sócios.

B)

A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição de seus atos constitutivos no registro próprio, na forma da lei.

GABARITO PRELIMINAR

C) A personalidade jurídica depende exclusivamente da emissão de notas fiscais pelo Município.

D) A personalidade jurídica da sociedade surge com o início efetivo da atividade econômica.

E) A sociedade adquire personalidade jurídica com a simples assinatura do contrato social pelos sócios.

Questão 30

No contexto da reforma tributária, o Auditor Fiscal Municipal é designado para acompanhar discussões relacionadas ao Imposto sobre Bens e Serviços — IBS e à atuação institucional do Município perante estruturas de governança federativa.

Considerando a legislação complementar sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

A)

O Comitê Gestor do IBS relaciona-se à gestão do IBS e à coordenação de aspectos como processo administrativo e distribuição da arrecadação aos entes federativos.

GABARITO PRELIMINAR

B) A legislação complementar do IBS revogou imediatamente todas as normas municipais sobre ISS desde 2025.

C) O Comitê Gestor do IBS substitui integralmente a Administração Tributária Municipal em relação a todos os tributos locais.



D) O IBS é imposto exclusivamente federal, administrado apenas pela Receita Federal do Brasil.

E) O IBS é contribuição de melhoria municipal vinculada à valorização imobiliária.